

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE SALA DE AULA E BANHEIROS ACESSÍVEIS NA UNIDADE SESC ZONA NORTE, Rua Paranduva, nº 2.873, Conjunto Santa Catarina - Natal/RN, sob responsabilidade do SESC – AR/RN”, conforme especificações e condições detalhadas neste termo e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se necessário a contratação de uma empresa especializada em engenharia para realização da construção de nova sala de aula, circulação e banheiros acessíveis para suprir a necessidade de ampliação de nova turma na unidade do SESC Zona Norte.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. O critério de julgamento da proposta será o de menor preço global, mediante o atendimento de todas as exigências contida neste termo de referência.

3.2. No quadro a seguir está discriminado o objeto a ser executado pela contratada.

QUADRO 01 - CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO	
LOCAL	DESCRIÇÃO
SALA DE AULA E BANHEIROS ACESSÍVEIS	• Estruturas em concreto armado (fundação, pilares, vigas e laje);
	• Alvenaria de vedação em tijolo cerâmico 19x19x9cm;
	• Cobertura em trama de madeira e telhas de fibrocimento com 6mm de espessura;
	• Forro em drywall, revestimentos e acabamentos (selador, emassamento e pintura);
	• Instalações elétricas, hidros sanitária, drenagem e de ar-condicionado;
	• Esquadrias;
	• Impermeabilização de fundação, lajes e calhas;
	• Calha em bobina de alumínio e de concreto;

3.3. A empresa vencedora deverá cumprir rigorosamente os prazos e execução estipulados neste Termo de Referência e seus anexos, e atender a todas as normas de segurança, responsabilizando-se exclusivamente, civil e criminalmente, por todos e quaisquer eventos que ocorrerem no local de serviço discriminado abaixo:

Serviço Social do Comércio – Sesc Zona Norte

CNPJ: 03.591.097/0008-19

Endereço: Rua Paranduva, nº 2.873, Conjunto Santa Catarina - Natal/RN.

CEP: 59110-180

Telefone: (84) 3133-0355

4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para a empresa que ofertar o menor preço, será admitida a contratação de pessoa jurídica que comprove possuir requisitos mínimos de habilitação. Para tal, a empresa deverá ser habilitada após exame da documentação abaixo relacionada:

4.1. Certidão de Registro e de Regularidade, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, nas quais conste a compatibilidade entre a atividade regular da empresa e o objeto da Licitação. Serão aceitas também as certidões do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que reunirem as informações requeridas da empresa e dos responsáveis técnicos.

4.1.1. Caso a licitante possua em seu quadro técnico Arquiteto e Urbanista, deverá apresentar a Certidão de Registro e de Regularidade, emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, nas quais conste a compatibilidade entre a atividade regular da empresa e o objeto da Licitação e reúnam as informações requeridas da empresa e dos responsáveis técnicos.

4.2 Atestado de Capacidade Técnica, em número mínimo de 1 (um), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa ou executou o objeto semelhante e obteve desempenho satisfatório em quantidade e qualidade.

4.2.1. Não serão considerados atestados fornecidos por empresas do mesmo grupo econômico das empresas licitantes

4.2.2. Para atendimento à **qualificação técnico-operacional**, a licitante deverá apresentar Atestado (s) de capacidade técnica, devidamente registrado (s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados (s) da(s) respectiva (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado para entidades da administração pública, ou empresa privada, o seguinte serviço a quantidade mínima:

QUADRO 02 – QUALIFICAÇÃO TECNICO-OPERACIONAL		
Item	Descrição	Quantidade/ Observação
I.	Atestado de ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO correspondendo a estrutura de concreto armado, contendo:	Maior ou igual: 15m³.
II.	Atestado de ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO correspondendo a execução de sistema hidrossanitário em edificação contendo:	Maior ou igual: 60m².
III.	Atestado de ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO correspondendo a alvenaria de vedação com tijolo cerâmico, contendo:	Maior ou igual: 100m².

4.2.3 Para atendimento à **qualificação técnico-profissional**, a licitante deverá apresentar Atestado de Responsabilidade Técnica, comprovando possuir em seu quadro técnico profissional(is) de nível superior, ENGENHEIRO OU ARQUITETO, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para entidades da administração pública, ou empresa privada, o seguinte serviço a quantidade mínima:

QUADRO 03 – QUALIFICAÇÃO TECNICO-PROFISSIONAL		
Item	Descrição	Quantidade/ Observação

I.	Atestado de ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO correspondendo a estrutura de concreto armado, contendo:	Maior ou igual: 15m³.
II.	Atestado de ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO correspondendo a execução de sistema hidrossanitário em edificação contendo:	Maior ou igual: 60m².
III.	Atestado de ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO correspondendo a alvenaria de vedação com tijolo cerâmico, contendo:	Maior ou igual: 100m².

4.2.4. A capacidade técnica exigida na Qualificação Técnico-Profissional poderá ser comprovada por meio de atestado (s) em nome de um ou mais profissionais pertencentes ao quadro permanente da(s) empresa(s) licitante(s), de acordo com as atribuições técnicas de cada profissional.

4.2.5. Os quantitativos mínimos exigidos em cada situação deverão constar de apenas 1 (um) único atestado, referente a 1 (uma) única obra, não sendo admitidos somatórios de áreas e/ou quantidades para efeito de comprovação de qualificação técnica.

4.2.6. Nos atestados de capacidade técnico-profissional, ou das certidões expedidas pelo CREA e CAU, deverá conter em destaque os seguintes dados:

4.2.6.1. . Data de início e término das obras/serviços;

4.2.6.2. . Local de execução;

4.2.6.3. . Nome do contratante e da pessoa jurídica contratada;

4.2.6.4. . Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA ou CAU;

4.2.6.5. . Especificações técnicas das obras e serviços e os quantitativos executados.

4.2.7. Os atestados, inclusive àqueles emitidos pelo próprio Sesc, deverão vir acompanhados de Certidão de Acervo Técnico (CAT/CREA/ CAU) com carimbo de vinculação do CREA ou CAU neste documento, comprovando aptidão técnica emitida, alternativamente, em nome de:

4.2.7.1. . Sócio proprietário;

4.2.7.2. . Dirigente da empresa licitante, na forma de seus atos constitutivos;

4.2.7.3. . Profissional contratado pela licitante na condição de empregado, desde que comprovada esta situação mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em conformidade com a CLT; ou

4.2.7.4. . Profissional contratado, desde que comprovada esta situação mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

4.2.8. O(s) profissional(is) indicado(s) por exigência da Qualificação Técnica deverá(ão) participar como responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto do Termo de Referência, admitindo-se a sua substituição, desde que respeitadas as regras estabelecidas para a sua aceitação e aprovado pela Contratante.

4.3 Relação de indicação da equipe técnica, contendo nome completo do profissional, área de atuação e número do registro do CREA ou CAU, acompanhada das devidas certidões negativas de pessoa física, sendo no mínimo:

QUADRO 04 - RELAÇÃO DE INDICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA		
Profissional	Quantidade	Observação
Engenheiro Civil e/ou Arquiteto	01 unidade	Que deverão ser os profissionais indicado por exigência na Qualificação Técnica do item 4.2.2 e 4.2.3.

4.4 Visita técnica ao local de prestação dos serviços

4.4.1. Declaração de visita técnica ao local de prestação dos serviços, conforme ANEXO.

a) O profissional ou Responsável Técnico, indicado pela Licitante em Carta de Apresentação, para vistoriar o local onde os trabalhos deste objeto serão executados, deverá comparecer munido de Carteira de Identidade e CPF, além da Carta de Apresentação, comprovando assim que a proponente visitou o local onde serão executados os serviços objeto da presente Licitação e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações.

b) As licitantes poderão visitar o local onde serão realizados os serviços, em até 03 (três) dias úteis antecedentes a data da realização do certame licitatório, para que sejam verificadas suas condições de execução, devendo agendar previamente com o Setor de Infraestrutura do Sesc AR/RN, através do telefone, (84) 3133-0366 ou pelo e-mail, engenharia@rn.sesc.com.br, de segunda a sexta das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

4.4.2. As Empresas que optarem por não realizar a visita técnica, deverão apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE NÃO VISITARÁ O LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, conforme ANEXO, estando, assim, cientes de todas as especificações técnicas e de estrutura presentes no Instrumento Convocatório, não podendo, em momento posterior, alegar a falta de conhecimento das referidas especificações para justificar futuros e supostos descumprimentos em relação ao Edital e seus anexos. **Não cabendo alegações, dúvidas ou reclamações posteriores.**

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – DA CARTA PROPOSTA

A licitante, **antes da fase de lances**, deverá apresentar apenas **CARTA PROPOSTA** contendo o **VALOR GLOBAL** para execução do objeto desta Licitação.

5.1.1 – Serão desclassificadas e eliminadas as propostas que:

- a). Não atendam a quaisquer das condições e exigências contidas no termo e seus anexos e/ou ofereçam vantagens nele não previstas.
- b). Apresentem preço superior ao Valor de Referência: **R\$ 365.594,23 (trezentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos).**
- c). Apresentem valores totais considerados inexequíveis.

5.1.2 – Serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência.

5.1.3 – O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO** para a execução da obra, depois de aplicadas as regras matemáticas que instruem o processo de julgamento. Para tanto, as propostas, não poderão conter omissões, rasuras e entrelinhas.

5.1.4 – Não será levada em conta, para efeito de classificação, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste termo e seus anexos ou baseada nas ofertas das demais empresas.

5.2 – DA PROPOSTA AJUSTADA

Após a fase de lances, o Pregoeiro, solicitará da empresa vencedora **PROPOSTA AJUSTADA**, a qual deverá ser apresentada atendendo as seguintes exigências:

5.2.1 - Apresentar-se em 01 (UMA) via, impressa em papel personalizado, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada, com carimbo na última folha e

rubricada nas demais por seu representante legal e apresentar o mesmo conteúdo em formato XLS, enviado via e-mail: cpl@rn.sesc.com.br

- a) A proposta deverá, necessariamente, ser apresentada na forma impressa, conforme modelo carta proposta Anexo.
- b). Conter o preço total do objeto, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, considerando tudo que componha o preço total do objeto, tais como BDI, tributos, mão de obra, transporte e despesas diretas e/ou indiretas.
- b.1). Em relação ao BDI, é necessário destacar, tanto o valor total (%), quanto sua composição por itens, considerando as despesas com administração central; seguros; imprevistos; garantias; custos financeiros; tributos (I.S.S; PIS; COFINS); lucro, entre outros.
- c). Apresentar as planilhas orçamentárias, contendo descrição dos serviços, unidade, quantidade, preço unitário e preço total.
- d) A proposta deverá conter ainda os percentuais de material e mão de obra a serem aplicados na obra.
- e). Apresentar as composições dos preços unitários de fontes oficiais, tais como, SINAPI, SICRO, SEINFRA, ORSE, entre outros, e/ou pesquisa de mercado, demonstrando na planilha analítica as composições auxiliares. Em caso de composição própria, deverão ser apresentadas todas as despesas inerentes a composição do item, as quais serão analisadas no momento do julgamento da proposta.
- f). Apresentar a memória de cálculo dos serviços com base nos projetos disponibilizados, sendo a licitante a única responsável pelos seus quantitativos para a execução integral do objeto.

5.2.2 - As planilhas fornecidas pelo SESC são orientarias, cabendo a cada empresa analisar os projetos e estabelecer a planilha adequada, ficando claro que o objeto se refere à execução do que está previsto nos citados projetos e não ao que compuser a planilha apresentada. A finalidade da planilha da empresa é o registro de preços para eventuais necessidades durante a realização do objeto.

5.2.3 - Caso a empresa identifique discrepâncias entre os projetos e as planilhas apresentadas deverá solicitar esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para entrega das propostas, sob pena de preclusão.

5.2.4 - O Sesc AR/RN fará conferência das planilhas apresentadas pela empresa e, verificando erro de cálculo ou de anotações no preenchimento, efetuará as devidas correções da seguinte forma:

- a) Discrepância entre valores grafados em algarismo e por extenso prevalecerá o valor por extenso;
- b) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo o produto;
- c) Erro de adição será retificado conservando-se as parcelas corretas e se trocando a soma.

5.2.5 - Conter, com base nos projetos, planilha com quantitativos e preços unitários, compreendendo todas as despesas contratuais de materiais, equipamentos e mão de obra, com respectivos encargos sociais e administrativos, evitando-se a quantificação por “verba”.

5.2.6 - Conter cronograma físico-financeiro com a representação gráfica das etapas da obra, serviços, percentuais e respectivos valores, em períodos de 30 dias cada (valor varia conforme o período).

5.2.7 - A validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias** contados da abertura da Licitação. Não sendo indicado o prazo de validade fica subentendido como sendo de 90 (noventa) dias.

5.2.8 - Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que o contrato seja assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa, por meio de correspondência, caracterizando seu declínio em continuar no processo.

5.2.9 - Os termos constantes da proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade da empresa, não lhe assistindo o direito a qualquer modificação ou substituição de envelopes, após a entrega.

5.2.10 - A apresentação da Proposta será considerada como evidência de que a empresa examinou todos os detalhes e especificações do presente termo e obteve informações sobre pontos porventura duvidosos, considerando, por conseguinte, que os elementos recebidos lhe permitiram a apresentação de sua oferta de modo satisfatório.

5.2.11 – Em virtude do Sesc não contratar valores acima do estimado, o licitante deverá observar o (s) valor (es) de referência da presente licitação, conforme planilha descritiva (anexo).

5.2.12 – A comissão examinará as propostas para verificar se elas estão de acordo com as exigências do termo e seus anexos, se não ocorreram quaisquer erros na sua elaboração e se os documentos foram adequadamente assinados.

5.2.13 – A empresa que apresentar o menor preço, dentro do critério de exequibilidade, deverá, para assinatura do contrato, prestar garantia adicional, caso sua proposta seja inferior a 80% do valor de referência;

5.2.14 – O valor desta garantia, prevista na Resolução Sesc, será igual à diferença numérica entre o resultado do cálculo de 80% acima referido, e o valor da proposta vencedora, obrigando-se, a contratada, a comprovar a garantia **no prazo de 10 (dez) dias** da assinatura do contrato.

5.2.15 – Caso a empresa vencedora, por qualquer motivo, esteja impossibilitada de assinar o contrato, será requisitada a segunda colocada. Para tal, as etapas constantes devem ser refeitas.

5.2.16 – Havendo o empate no julgamento final, a equipe técnica do Sesc AR/RN convocará as empresas participantes classificadas, marcando dia, horário e local para o desempate, que se fará por meio de sorteio entre as propostas que se igualarem.

6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A comissão examinará as propostas para verificar se elas estão de acordo com as exigências do termo e seus anexos, se não ocorreram quaisquer erros na sua elaboração e se os documentos foram adequadamente assinados.

6.2. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO** para a execução da obra, depois de aplicadas as regras matemáticas que instruem o processo de julgamento. Para tanto, as propostas, planilhas e cronogramas não poderão conter omissões, rasuras e entrelinhas.

6.3. Serão desclassificadas e eliminadas da cotação as propostas que:

- a) Não atendam a quaisquer das condições e exigências contidas no termo e seus anexos e/ou ofereçam vantagens nele não previstas.
- b) apresentem preço superior ao Valor de Referência: R\$ 365.594,23 (trezentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos).**
- b) Contenham valores unitários simbólicos, irrisórios, iguais a zero ou abusivos.
- c) Apresentem valores totais considerados inexecutáveis.

6.4. Serão consideradas **inexecutáveis** as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores de referência.

6.5. A empresa que apresentar o menor preço, dentro do critério de exequibilidade, deverá, para assinatura do contrato, prestar garantia adicional, caso sua proposta seja inferior a 80% do valor de referência.

6.6. O valor desta garantia, prevista na Resolução Sesc 1593/2024, será igual à diferença numérica entre o resultado do cálculo de 80% acima referido, e o valor da proposta vencedora, obrigando-se, a contratada, a comprovar a garantia **no prazo de 10 (dez) dias** da assinatura do contrato.

6.7. Caso a empresa vencedora, por qualquer motivo, esteja impossibilitada de assinar o contrato, será requisitada a segunda colocada. Para tal, as etapas constantes devem ser refeitas.

6.8. Havendo o empate no julgamento final, a equipe técnica do Sesc AR/RN convocará as empresas participantes classificadas, marcando dia, horário e local para o desempate, que se fará por meio de sorteio entre as propostas que se igualarem.

6.9. Não será levada em conta, para efeito de classificação, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste termo e seus anexos ou baseada nas ofertas das demais empresas.

7. PRAZO

7.1. O prazo para a execução do objeto do presente termo de referência será de **90 (noventa) dias corridos**, iniciando-se em até 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

7.2. Caso necessário, a empresa deverá fornecer os relatórios de segurança em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato:

- a) O Programa de gerenciamento de riscos – PGR, conforme NR- 18, consignada na Portaria nº 6.730/20 publicado no diário oficial da união - DOU.
- b) O Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR -07, consignada na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- c) NR 35 – Trabalho em altura;

7.3. A prorrogação de prazo da execução dos serviços ocorrerá quando:

- a) por força maior, se verificar a interrupção do trabalho, estendendo pelo número de dia(s) interrompido(s);
- b) impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pelo Sesc, em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- c) alteração do escopo do projeto pelo Sesc que altere de forma substancial o objeto do contrato, devendo constar a nova data no aditivo contratual;
- d) interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse do Sesc;
- e) omissão ou atraso de providências a cargo do Sesc, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento;
- f) fatos da administração do Sesc.

7.4. Todas as supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes, conforme a resolução 1593/2024.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme execução do escopo definido em cada etapa ou atividade desenvolvida no período do cronograma-físico financeiro.

8.2 Constatada a conclusão da etapa do objeto, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a solicitação do contratado, mediante a entrega dos seguintes documentos:

- a) Relatório de andamento da obra, elaborado por profissional habilitado representando a contratante, e as fotos dos serviços realizados no período.
- b) Planilha da medição, atestada pelo fiscal da obra, constando os serviços realizados no

período com seus respectivos quantitativos e preços.

c) Nota Fiscal emitida pela contratada, cuja coluna discriminação de serviços deverá conter, além da descrição do serviço realizado, as seguintes informações:

- c.1) Número da medição;
- c.2) Percentual de mão de obra e de material;
- c.3) Descrição dos serviços efetuados.

8.3 O pagamento de todas as medições observará ainda:

- a) Retenção técnica no quantum de 5% (cinco por cento) de cada medição;
- b) Nome do banco, agência e número da conta corrente para se efetuar o depósito;
- c) Recibo contendo o valor bruto e todos os descontos que serão efetuados na fatura, tais como: (INSS, ISS, PIS, CSLL, COFINS, IRRF, GARANTIA e outros se houver).
- d) Comprovação de pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários (comprovantes de recolhimento de FGTS e INSS dos trabalhadores na obra);
- e) Cópia dos contracheques dos colaboradores referente ao mês anterior;
- f) Atesto na Nota Fiscal pela pessoa habilitada do Setor de Infraestrutura do Sesc AR/RN comprovando a execução do serviço.

8.4 O pagamento da primeira medição observará as seguintes condições:

- a) A apresentação da ART/ RRT, devidamente registrada no CREA/ CAU/RN como executora dos serviços contratados, apresentar antes do início dos serviços;
- b) O Programa de gerenciamento de riscos – PGR, conforme NR- 18, consignada na Portaria nº 6.730/20 publicado no diário oficial da união - DOU.
- c) O Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR -07, consignada na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;
- d) A Matrícula dos referidos serviços no INSS e entregar à Contratante das guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, nos termos da legislação específica em vigor. As referidas guias serão acompanhadas de declaração elaborada em papel timbrado da Contratada, carimbada e assinada por pessoa legalmente habilitada para tal fim, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados.
- e) NR 35 – Trabalho em altura;

8.5 Por ocasião de cada faturamento, o pagamento fica condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção das condições mínimas de habilitação, principalmente, quanto à Regularidade Fiscal, relativas ao FGTS, INSS e as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, bem como, a comprovação dos encargos trabalhistas relativos ao mês de competência imediatamente anterior.

8.6 Não serão aceitos títulos com cessão de direitos dos créditos provenientes dos produtos fornecidos negociados por empresas de fomento mercantil/factoring.

8.7 Demais condições, conforme contrato.

9. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1. Fornecer a Contratada todas as informações que se fizerem necessários à compreensão das especificações dos serviços a serem prestados;

9.2. Manter um profissional, engenheiro, arquiteto ou técnico, legalmente habilitado, devidamente credenciado junto a CONTRATADA e designado para “fiscalização”, com autoridade para exercer em nome do SESC toda e qualquer ação de solicitação, esclarecimento e orientação geral junto ao engenheiro da CONTRATADA, bem como a fiscalização dos serviços.

9.2.1. A fiscalização poderá exigir da CONTRATADA a retirada dos serviços de qualquer profissional, cuja atuação julgue não corresponder às exigências de um perfeito desempenho condizente com as necessidades dos serviços, ou cuja conduta possa resultar em negligência, imprudência ou imperícia.

9.3. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para correção de defeitos e/ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, devendo ser corrigidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

9.4. Efetuar os pagamentos conforme previsto neste termo e no contrato, desde que os serviços sejam realizados em rigorosa obediência ao projeto e toda documentação técnica constante neste edital e seus anexos.

10. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Empreender todos os insumos necessários a execução do objeto deste termo e seus anexos.

10.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.3. Manter na fase contratual a mesma situação dos documentos de habilitação na fase inicial do contrato, sob pena de rescisão do contrato;

10.4. Informar imediatamente a área de Infraestrutura do Sesc/AR/RN a ocorrência, durante a fase contratual, de qualquer fato impeditivo que recaia sobre a contratada;

10.5. Seguir e comprovar atendimento de todas as exigências legais em vigor e possíveis alterações do Ministério do trabalho e Emprego - LEI Nº 6.514 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977 - DOU DE 23/12/77 e Consolidação das leis do trabalho DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, no que refere a Programas de Saúde e Segurança, treinamentos, orientações, equipamentos, exames médicos, comprovantes de vínculos empregatícios.

10.6. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com as presentes normas, especificações e demais documentos técnicos fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização desses serviços, causados ao Sesc ou a terceiros.

10.7. Obedecer às determinações do decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999.

10.8. SUBCONTRATAÇÃO:

10.8.1. Caso haja necessidade da subcontratação, a Empresa CONTRATADA deverá solicitar autorização expressa do Sesc – AR/RN, bem como exigir todos os documentos pertinentes à habilitação da empresa a ser SUBCONTRATADA, inclusive Habilitação Técnica. Ademais, por ocasião do pagamento, deverá, ainda, exigir todos os documentos referentes à regularidade fiscal e encargos trabalhistas da SUBCONTRATADA, bem como os comprovantes de repasse dos pagamentos e encargos trabalhistas e previdenciários e apresentá-los ao Sesc. E ainda:

a) A documentação indicada no subitem anterior deverá ser apresentada ao Sesc - AR/RN.

b) A subcontratação não poderá ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

c) Caso exista subcontratação, os pagamentos provenientes destes serviços serão pagos exclusivamente à CONTRATADA e em nenhuma hipótese será efetuado qualquer pagamento à SUBCONTRATADA, pela CONTRATANTE. No mesmo sentido, não se vislumbra a possibilidade de emissão de nota fiscal pelo SUBCONTRATADO.

d) A SUBCONTRATAÇÃO do objeto nos limites admitidos pelo edital e contrato não tem o poder de transferir ao SUBCONTRATADO a responsabilidade pela execução do objeto. É de responsabilidade da CONTRATADA o integral cumprimento da Execução do objeto deste Edital perante o CONTRATANTE.

10.9. Garantir a qualidade dos serviços realizados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer defeitos decorrentes da execução, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo, conforme o Novo Código Civil no seu art. nº 618.

10.10. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos que, a qualquer título, venham causar ao Sesc AR/RN e terceiros, em decorrência de mora, vício ou defeito no objeto do termo.

10.11. Não utilizar mão-de-obra do menor de 18 anos, salvo os casos previstos em lei.

10.12. Realizar todos os ensaios e os respectivos laudos técnicos, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, assim como os reparos que se tornem porventura necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;

10.13. Manter um livro diário de obra destinado ao registro de ocorrências, com folha destacável ou em formato digital para a fiscalização, contendo emissão diária dos serviços em execução e todos os demais registros pertinentes, que deverá ser preenchido, e visado diariamente pelo engenheiro responsável pela execução da obra, que o encaminhará a fiscalização do Sesc, que acrescentará as anotações que julgar necessárias;

10.14. Manter a frente dos serviços em tempo integral no local da reforma, como responsável pela sua execução, um engenheiro, com experiência compatível com a execução do objeto do objeto;

10.15. Disponibilizar uniformes e todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) previstos em lei, e cobrar dos seus empregados seu uso diário durante o período de trabalho.

10.16. Fornecer alimentação e transporte a todos seus empregados, conforme previsto em lei, ou fornecer o equivalente em espécie ou vale.

10.17. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL:

10.17.1. Providenciar à sua custa, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, o Seguro de Responsabilidade Civil de 10% (dez por cento) do valor contratado, inclusive respondendo por possíveis despesas oriundas de demandas judiciais que excedam à cobertura dada pela Seguradora, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer obrigação decorrente de riscos da espécie. E ainda:

- a) Ocorrendo incêndio, ou qualquer sinistro na obra de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura dada pela Seguradora, que refazer os serviços atingidos pelo sinistro, sem solução de continuidade da obra, por prazo que venha a ser acordado com o CONTRATANTE

10.18. DA OBSERVÂNCIA À MATRIZ DE RISCOS

10.18.1. A execução do objeto deste Termo de Referência está vinculada ao cumprimento das responsabilidades e obrigações definidas na Matriz de Riscos, anexa a este documento.

10.18.2. A Matriz de Riscos estabelece a alocação dos riscos previsíveis, identificados na fase de planejamento da contratação, delimitando aqueles que são de responsabilidade do SESC e aqueles

que competem exclusivamente à CONTRATADA, não cabendo qualquer indenização, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação de prazo em decorrência da materialização dos riscos atribuídos à CONTRATADA, salvo nas hipóteses expressamente previstas.

10.18.3 A CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias para a gestão, mitigação e controle dos riscos sob sua responsabilidade, mantendo, durante toda a vigência contratual, os meios e recursos adequados ao seu enfrentamento.

10.18.4. O descumprimento das medidas associadas à gestão dos riscos assumidos pela CONTRATADA poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato, bem como as sanções cabíveis.

10.18.5. Quaisquer alterações na alocação dos riscos, após a formalização do contrato, dependerão de justificativa técnica aceita pelo SESC e de instrumento formal específico, nos termos das normas internas aplicáveis.

11. SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

11.1. Os serviços extraordinários, caso sejam necessários, serão orçados segundo os preços constantes da proposta apresentada pela empresa.

11.2. A necessidade do serviço extraordinário será apreciada pela fiscalização do Setor de Infraestrutura e pela autoridade competente do Sesc Regional, que avaliará a viabilidade e oportunidade da sua execução; caso positivo, será firmado um aditivo ao pedido ao fornecedor estabelecendo um novo prazo e o seu respectivo valor, conforme a situação.

11.3. Se não tiverem sido indicados no contrato preços adequados aos acréscimos, os mesmos serão apresentados pela empresa, com as devidas composições, e analisados e aprovados pelo Sesc, através de acordo entre as partes, porém sempre referentes aos preços à data da apresentação da proposta.

11.4. O contrato poderá ser acrescido em até 50% do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo, conforme a resolução /2024.

11.5. Demais condições, conforme contrato.

12. CONTROLE NO RECEBIMENTO

12.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO

12.1.1. O recebimento provisório far-se-á, uma vez concluídos os serviços, mediante requerimento da contratada ao Sesc, dependendo ainda da elaboração de formulário de conferência e de parecer da fiscalização.

12.1.2. O termo de recebimento provisório deverá ser assinado pelas partes até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação escrita da contratada que deu ciência da conclusão dos serviços.

12.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO

12.2.1. O “Termo de Recebimento Definitivo” será firmado após o prazo de decurso da entrega provisória, sendo este de 90 (noventa) dias corridos a contar do seu primeiro recebimento. Após nova vistoria da Fiscalização do CONTRATANTE. Se os serviços executados estiverem em condições de serem aceitos pelo CONTRATANTE, será feita a devolução das retenções pelo CONTRATANTE, pelo saldo que apresentarem, mediante:

- Comprovação do pagamento da contribuição devida ao INSS, FGTS e PIS, relativos ao período de execução da obra;

12.2.2. Desde o recebimento provisório, o CONTRATANTE entrará na posse plena das obras.

12.2.3. O recebimento definitivo das obras, por parte da CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes das disposições constantes no art. 618 do Código Civil Brasileiro, respondendo esta, durante 05 (cinco) anos, a partir do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança dos serviços executados, não só em razão do material e mão-de-obra, mas também do solo;

12.2.3.1. A CONTRATADA tem, ainda, responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, sendo também responsável pela reparação do dano, conforme previsto no art. 441 do Novo Código Civil e art. 12 do Código de Defesa do Consumidor.

12.2.4. No caso de execução de serviços imperfeitos ou em desacordo com as especificações, ou ainda, inadimplemento de qualquer obrigação contratual, o CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato com perdas e danos.

13. DISPOSIÇÃO FINAL

13.1. A fiscalização da contratação será exercida pela área de INFRAESTRUTURA, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.2. O Fiscal é responsável por exigir da Contratada o cumprimento das cláusulas estabelecidas no edital e em seus anexos (Termo de Referência e Minuta de Contrato), registrando todas as ocorrências relacionadas e encaminhando ao setor responsável pela assinatura do contrato.

13.3. São partes integrantes deste termo de referência os seguintes documentos listados no quadro e que serão fornecidos em arquivo magnético:

QUADRO 05 – LISTAGEM DOS ANEXOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
1	Memorial Descritivo
2	Planilhas, cronograma e BDI
3	Projeto de reforma e complementares
4	Matriz de risco

Natal/RN, 11 de junho de 2025.

Eng. José Nogueira da Costa Neto
Matrícula: 3597/ Especialista II

Eng. Matheus Henrique Alves dos Santos
Matrícula: 3557/ Especialista II

Téc. Edificação. Vinicius Gomes Pinheiro
Matrícula: 4194/ Técnico II

Téc. Edificação. Ederlee de Moura Freire
Matrícula: 4495/ Técnico II